

Do Mercado de Carnes à Primavera Árabe: como processos de significação humanos alteram padrões de relacionamento entre indivíduos, sociedade e meio ambiente?

Bruno Mesquita Soares de Araújo¹

Resumo: Atualmente, com o aumento da renda *per capita* na maioria dos países em desenvolvimento, torna-se possível a emergência de outros setores da economia (indústrias e serviços), diminuindo a relevância do setor agropecuário no produto interno bruto (PIB) destes países. Por outro lado, abrem-se novas possibilidades de parcerias em países onde a pauta de exportações converge para o *agrobusiness*. Assim sendo, países agroexportadores tornam-se a força centrípeta deste ramo da economia, gerando novas demandas e provocando reações distintas entre as partes envolvidas no processo (proprietários rurais, políticos, pesquisadores etc.). Aliado às manifestações dos diversos segmentos sociais entorno deste embate surgem entraves como os limites do crescimento, transformando a economia em um palco de grande efervescência discursiva. Cabendo este coevo trabalho a tentativa de analisar tal contexto por via dos conflitos locais, ou melhor, através do viés culturalista, partindo do estudo de caso: o mercado brasileiro de carne bovina.

Palavras Chave: Economia, Globalização, Desenvolvimentismo, Cultura e Sustentabilidade.

¹ Estudante de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Relações Internacionais pela Faculdade Damas Instrução Cristã. Atualmente trabalha na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) como pesquisador do Inventário Nacional de Referências Culturais (IRNC) Maracatu de Baque Solto. Trabalha com temas na área de desenvolvimentismo.

Introdução

*“Isso de querer ser exatamente aquilo
que a gente é ainda vai nos levar além”*
Paulo Leminski²

O presente artigo versará sobre a atual demanda e produção de carne bovina internacional, com foco no mercado agroexportador brasileiro, tendo como base os recentes estudos do Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Agricultura, Embrapa e FAO³. Para tanto, tal intento consiste em trazer à luz, através da miscelânea entre percepções científicas aparentemente distintas, uma reflexão crítica a partir das hodiernas perspectivas econômicas e a discussão em voga sobre sustentabilidade e limites de crescimento. Tentando não somente abarcar os pontos de vista *tecnocientíficos*, mas interagindo com as demais formas de saber, na ressalva de não cometer o deslize de conferir primazia a um dado discurso em tempos de reorganização estrutural das forças que compõe o quadro político internacional⁴.

Posto que, o discurso atual repousa-se na sacralização da racionalidade científica, onde por meio da institucionalização desta, que se caracteriza por ser transcendente e separada, exterior e anterior aos sujeitos sociais, reduz os indivíduos a objetos sociopolíticos manipuláveis (Foucault, 1970). Talvez já se tenha chegado a hora, parafraseando Chauí (1980) de cometer a heresia: *ciência é o ópio do povo*. Portanto, as formas de perceber a realidade devem acatar tanto as concepções de ordem material como as de ordem cultural, constituindo esta última um importante fator de significação da primeira. Como diria M. Sahlins (2003): “A produção

² O haikai de Paulo Leminski (1987) nos faz refletir acerca dos processos inevitáveis de transformação existente no cenário político internacional de hoje e como tais processos demandam novas maneiras de lidar com a realidade; algo que será discutido ao longo do artigo.

³ Food Agricultural Organization. Órgão responsável pelo balanço regular e controle da segurança alimentar das Nações Unidas.

⁴ Para um maior aprofundamento das questões relativo à transição política internacional em macrossistema *Elementos de Política Internacional* de Thales Castro. Abordando ainda a temática por um viés economicista ainda recomenda-se *Sociedade em Redes* de Marcel Castells *Prós e Contras da Globalização* e David Held.

econômica, tanto do ponto de vista das técnicas de trabalho quanto da determinação de o quê e quanto produzir, possui marcos culturais, já que o uso (ou consumo) é função das escolhas feitas a partir de uma codificação que é cultural”.

Assim sendo, o trabalho foi pensado em quatro etapas. Na primeira o tema é apresentado seguindo uma abordagem culturalista que analisa o consumo de carne através das demandas existentes na sociedade, trazendo como marco referencial as transformações simbólicas decorrente do aumento no consumo de carne bovina. Na segunda pretendem-se pontuar os caminhos atuais da produção econômica internacional de carnes e seus impactos, a partir do ponto de vista macroeconômico. Na terceira é discutida a importância do Brasil em tal contexto tendo como ponto de partida a revisão do novo código florestal. E por último, na conclusão, procuro inferir a imbricação presentemente erigida sobre a atual produção de alimentos e as implicações de ordem político e socioambientais para as relações internacionais.

1. A Cultura e os Alimentos

A carne em diversas situações é uma constante na refeição diária da humanidade há tempos. Não se sabe ao certo de que forma esta dieta tornou-se um hábito na maioria dos cardápios no mundo. A literatura afirma que a proteína animal entrou na alimentação dos seres humanos por necessidade natural - em tempos de escassez - como complemento:

“É indiscutível o recurso vegetal, mas ninguém me convence que fosse o inicial e longamente o único regime alimentar, pelos vestígios que esses indiscutíveis caçadores tiveram a gentileza de deixar para a verificação contemporânea. E a procura aventureosa e heroica da caça positivavam a deficiência da dieta vegetal, unitária e anterior. No Brasil, essa herança cultural foi herdada pelos portugueses, pois, os índios comiam viandas e peixes; e os escravos tubérculos” (Casculo 2004 p. 484 - 514).

Contudo, vale salientar que nem todas as culturas possuem o hábito de comer carne, como na Índia. Nem tampouco há unanimidade no consumo entre os variados tipos de carne, havendo distinção entre animais sagrados, domésticos ou de abate conforme a cultura nela estabelecida (Mintz, 2001, p. 37). Seja qual for o ritual ou a

tradição estabelecida no consumo de alimentos, a carne tornou-se um dos principais componentes da refeição em muitos lugares, atingindo aos poucos um status social, considerado um bem de luxo (Mintz, 2001, p. 37).

A segunda metade do século XX ficou marcada por crescentes modificações na alimentação que tiveram lugar tanto nos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Como o aumento demográfico reforçou a demanda por alimentos e, como tem conduzido a uma intensificação das atividades agrícolas e agropecuárias, foi sendo criadas, paulatinamente, organizações internacionais de regulamentação da produção como: a FAO, a OMC, a HSNU etc. O resultado foi um aumento considerável na diversificação das atividades agropecuárias, como também o acirramento das grandes corporações com vistas à ampliação de suas receitas; além do combate à fome incentivada por tais organismos (Andrade, 2003).

No Brasil, por exemplo, com o advento da crise econômica dos anos 70 – a retração da economia aliada ao sobrecarregamento do Estado de bem-estar social – procedeu-se a uma maior diversificação da produção de carnes no setor interno por falta da demanda externa (Mazzali, 2000). Antes envolvida estritamente com a produção de carne bovina, a pecuária teve que diversificar em decorrência do aumento da competitividade dessa época, alimentada, neste mesmo período, pelo crescimento da produtividade nascida com a mecanização do campo. Daí que surgem nos cardápios dos brasileiros as carnes das mais variadas fontes animais: caprina, equino, aves, peixes e até a soja – esta última elevada ao status de carne (Mazzali, 2000).

Provocando um acelerado processo de desmatamento e substituição de propriedades rurais em prol do extrativismo animal. Lembremos-nos do caso dos *seringueiros do Acre, onde a transformação dos seringais em pastagens, estimulada pelos incentivos do Estado, ameaçava as condições de trabalho e modo de vida das populações que lá viviam da coleta de borracha e castanha* (Medeiros, 2010, p. 128). Evidenciando, desta forma, tanto o impacto ambiental quanto o social provocado pela substituição de uma cultura agrícola a outra em determinados contextos. Aos poucos, percebe-se por vez, que com a criação de um mercado internacional de alimentos, gerenciado por organismos supranacionais, muito dos padrões de produção

considerados parte de uma tradição local acabam sendo dirimidos e ou adaptados ao *boom* do comércio mundial de alimentos (Mintz, 2001):

Entretanto, a despeito dessas grandes mudanças, é verdade que as últimas duas décadas assistiram a uma difusão sem precedentes de novos alimentos e novos sistemas de distribuição em todo o globo. A invasão da Ásia pela fast food norte-americana é um importante exemplo dessa mudança (Watson, 1997).

[...] assim como houve, inversamente, uma grande e rápida difusão de restaurantes familiares asiáticos nos Estados Unidos (Mintz, 2001).

Com isso, novos padrões de alimentação estão interferindo nos hábitos culturais de países tradicionais como a China, inclusive, muitas vezes, os alimentos, principalmente a carne, passam a serem consumidos em demasia, por diferentes contextos e classes sociais. Revelando, por outro lado, que certos valores acabam sendo agregados ao fim principal de um alimento:

[...] Aumentos consideráveis no consumo de proteína animal, o uso crescente de alimentos preparados, o aparecimento da categoria "comida de criança" e outras inovações sugerem que a dieta da China está realmente mudando. Isso ocorre porque forças maiores estão operando e não simplesmente porque "o gosto" das pessoas está mudando (Mintz, 2001, P. 34).

[...] Na China, por exemplo, comer no McDonalds é sinal de mobilidade ascendente e de amor pelos filhos. Onde quer que o McDonalds se instale na Ásia, as pessoas parecem admirar a iluminação feérica, os banheiros limpos, o serviço rápido, a liberdade de escolha e o entretenimento oferecido às crianças. Mas também se percebe que eles gostam mais dessas coisas do que propriamente da comida (*idem*).

[...] Uma pequena história cotidiana pode ilustrar a maneira pela qual um lugar, como o McDonalds, se transforma em um espaço onde se acumulam valores mais importantes do que os que normalmente seriam creditados a uma refeição rápida: uma senhora que não se dá bem com a nora espera no McDonalds por seu neto a caminho da escola de manhã e lhe compra um sanduíche. A lanchonete passa a ser, então, o ponto de encontro dos dois. Neste caso, podemos também inferir como esse tipo de lugar oferece aos clientes uma oportunidade de se identificar com o poder norte-americano (Yan, 1997, p. 49).

Como abordado por Bourdieu (1974), as representações culturais têm certa influência nas práticas de consumo dos indivíduos por legitimarem modos de socialização e posicionarem os indivíduos de acordo com critérios e padrões pré-estabelecidos. Haja vista que tais representações culturais só podem estar predispostas sob o ponto de vista humano, conferindo assim um papel determinante

sobre as formas pelas quais os indivíduos humanos percebem os animais⁵. Alterando dinâmicas de produções manifestas, assim como, tecendo novos arranjos econômicos.

Desse modo, a práxis social em relação aos alimentos é tanto parte de um discurso cultural que condiciona o consumo dos indivíduos através das opções de escolhas permitidas com o mercado global de alimentos, como ao mesmo tempo ela é ressignificada e relocada a novas formas de relação que ditam regras de condutas alimentares, com consequências culturais e naturais nem sempre previstas. Tornando o Estado um ator de extrema importância no reordenamento das esferas produtivas em coadunância com a dinâmica social global e de suas necessidades alimentares, haja vista que a fundamentação básica do Estado, hoje, converge ao que se convencionou denominar Estado Democrático de Direito⁶.

2. Perspectivas atuais sobre o mercado global de carne bovina

Definido em termos econômicos como produtos de primeira necessidade a comida atua como importante ator na arena das transações comerciais no mundo (Douglas *apud* Isherwood, 2006 p. 55-57). Despontando no cenário econômico internacional seja pela salvaguarda dos direitos humanos quanto à distribuição e segurança alimentar dos países, seja pela sua importância como variável econômica, tornando-se de grande valia para países agrícolas e daqueles que deles se abastecem (Belik, 2001). No entanto, observa-se hoje a insurgência do debate sobre economia verde⁷, onde novas modalidades de produção são estimuladas, como por exemplo, a produção familiar.

Permitindo o entendimento de que a proteção ao meio ambiente e o equilíbrio da vida devem estar em sintonia com as políticas econômicas. Contudo, admitir um suposto de economia aberta não implica abandonar toda e qualquer referência à autossuficiência produtiva e aderir, incondicionalmente, ao enforque da

⁵ Disponível o banco de dados da FAO: <<http://www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.HTM>>.

⁶ Para um detalhamento a respeito do que vem a ser o Estado Democrático de Direito, ler Tércio Sampaio, capítulo introdutório.

⁷ Sobre a origem do termo recomenda-se ler Scott Cato, M. (2009). *Green Economics*. Earthscan, London.

autocapacidade, como sugere tal dilema (Maluf, 2000). Trata-se de reconhecer o papel estratégico cumprido pela produção doméstica de alimentos, e de atribuir um papel definido, porém, realista às trocas internacionais, no tocante o abastecimento alimentar em simultâneo à busca por estabelecer novas formas de regulação da mesma.

“Contrastar as noções de autossuficiência na produção de alimentos (food self-sufficiency) e de autocapacidade na obtenção de alimentos (food self-reliance) é um procedimento relevante e oportuno pelo que ele contribui ao esclarecimento: (a) do papel dos mercados em geral, e do mercado internacional em particular, para a segurança alimentar, (b) na inserção do sistema alimentar nos processos econômicos e sociais de cada país, e (c) das opções de políticas públicas voltadas a assegurar o direito à alimentação. É comum contrapor estas noções no plano nacional (produção doméstica versus importações), havendo também uma tradução para o nível das unidades familiares rurais (produção mercantil versus produção para autoconsumo); mais raramente, fala-se em autossuficiência das regiões que compõe os países” (Maluf, 2000 p. 50).

2.1. Perspectivas Atuais e os Impactos Ambientais

No entanto, é nesse mesmo debate sobre sustentabilidade que evidencia a contradição da produção de carnes. Segundo alguns estudos, a produção de carnes provoca impactos profundos à saúde, à produção de produtos agrícolas, além de ser custosa e inviável ao meio ambiente e ao desenvolvimento de uma economia limpa e sustentável (Medeiros, 1995; Bacellar, 2007; Fonseca, 2000). Aliado a isto persiste a fomentação de uma indústria midiática que estimula a produção e o consumo, humanizando os animais, associando eventos sociais à carne, não havendo qualquer referência quanto à qualidade e o processamento dos produtos nas propagandas, sendo de real importância para a saúde pública do país (*idem*).

[...] Analisando o princípio biológico do homem, somos um dos pouquíssimos primatas que se alimentam de carne. Ainda assim, sabemos que o homem é um animal onívoro, e, essa vantagem retira a necessidade desenfreada de comer carne. [...] Pelo alto preço da carne frente aos vegetais, pode-se deduzir que ela não é à base da alimentação humana, principalmente em países como o Brasil, onde a maioria da população é de baixa renda (Bacellar, 2007).

[...] A atividade de criação de animais de corte desvia grande parte da produção de alimentos, que poderia ser destinada ao consumo humano, para fabricação de ração animal. [...] Depois do

extrativismo da madeira, a principal causa de desmatamento de florestas e matas é a criação de pastos para a pecuária. [...] Devido às rações enriquecidas com grãos, para que os animais ganhem peso, ocorre um grande aumento de flatulências do boi, liberando gases como o metano e óxido nitroso, que são dez vezes mais poluentes que o gás CO₂. [...] A produção de animais de corte consome uma grande quantidade de água (*idem*).

[...] Observando o ponto de vista humanístico, relacionado aos direitos dos animais, a crueldade do processo de abate é algo repugnante. Para diminuir custos, a maioria dos abatedouros ainda utiliza métodos primitivos de abate. A forma de criação também é algo deplorável. [...] Vivem em ambientes escuros e confinados sem espaço de locomoção, com um prato de ração enriquecida de hormônios, desenvolvendo doenças, como stress, comportamentos disfuncionais, como agressividade e canibalismo. Neste ponto, os animais perdem a sua essência como seres vivos e passam à categoria de produtos da indústria alimentícia (Andrade, 2003).

Todavia, a produção de carne bovina só tende a aumentar nos próximos anos, em grande parte, conforme dados do MDIC⁸, em consequência do aumento da demanda e das transformações ocorridas com os padrões de alimentação no planeta. A primeira se explica por dois motivos centrais: aumento da população e a crescente urbanização deste, o que representa a diminuição da população rural e de sua população ativa na agropecuária. A segunda, devido ao processo anteriormente descrito: internacionalização dos mercados e das opções de escolha. Com o aumento da renda e da diversificação da economia, fatores potencializados pelo processo de urbanização, os hábitos de consumo tornam-se condicionados no sentido da diversificação e sofisticação.

⁸ Dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento (http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/306).

Figura 1.
 Evolução dos consumos mundial e brasileiro de carne bovina e relação entre eles.



Fonte: USDA / Elaboração Scot Consultoria - www.scotconsultoria.com.br

Além disto, com o crescimento da renda *per capita*, as pessoas passam a demandar outros tipos de bens além dos alimentos, uma vez que a quantidade consumida de alimentos já está em um patamar desejado pela população que possui um nível elevado de renda (Schultz, 1951). Havendo a constatação mundial de que a participação da agropecuária no produto interno bruto dos países tem diminuído ao longo do tempo, em decorrência do aquecimento de outros setores da economia, no Brasil, entretanto, tem aumentado em 65,5% desde os anos de 1993. E este crescimento atípico se dá em parte pelo aumento da produtividade na agropecuária, aumento da relação de preços agrícolas e preços industriais e aumento da relação de preços recebidos e pagos pela agropecuária (Brugnaro *apud* Bacha, 2004).

País	Peso	Escala	2000	2012
Alemanha	U.S dollars	Renda per Capita	23.019,52	42.625,00
Argentina	U.S. dollars	Renda per Capita	7.733,03	11.453,00
Brasil	U.S. dollars	Renda per Capita	3.761,51	12.455,30
Chile	U.S. dollars	Renda per Capita	5.174,31	15.463,01
China	U.S. dollars	Renda per Capita	945,60	5.808,57
Estados Unidos	U.S dollars	Renda per Capita	35.251,92	49.601,41
Índia	U.S. dollars	Renda per	465,07	1.454,65

		Capita		
Japão	U.S dollars	Renda per Capita	37.313,08	46.972,60
México	U.S. dollars	Renda per Capita	6.858,80	10.514,47
Rússia	U.S. dollars	Renda per Capita	1.775,13	14.246,31

* Fonte: IMF (International Monetary Fund, 2012)

3. A Importância do Brasil no Mercado Internacional de Carnes

Diante deste quadro atual de aumento na demanda e produção de carne bovina, o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os países exportadores e o segundo em produção *in natura*⁹, tornado-se o principal ator deste segmento na América Latina e no mundo (Ver Figuras abaixo). Segundo dados da USDA/FAS¹⁰ o Brasil ao lado dos EUA, China e União Europeia somam 75% da produção mundial de carne bovina in Natura, quase 34 milhões de toneladas dos 46 milhões da soma total de produção¹¹. Tendo este aumentado em 2,4% sua participação no PIB do país nos últimos dois anos¹². Fornecendo ainda uma reflexão a respeito do ritmo de crescimento acelerado das economias emergentes como a China, o Brasil e a Índia que, somado o aumento da renda *per capita* ao grande manancial de população dispostos a consumir, explica-se o fortalecimento de suas economias (MDIC).

⁹ A expressão In Natura é utilizada para descrever que a exportação ou comercialização de origem vegetal ou animal são consumidos em seu estado natural. Definição disponível em: <<http://www.agripoint.com.br/default.asp?actA=2¬icialID=49274>>

¹⁰ United States Department of Agriculture – Foreign Agricultural Service.

¹¹ Dados disponíveis em: <<http://rehagro.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=2069>>.

¹² Informação disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/noticias/54596/pib-da-agropecuaria-cresce-4-e-atinge-recorde-historico-em-2011>>



Figura 2

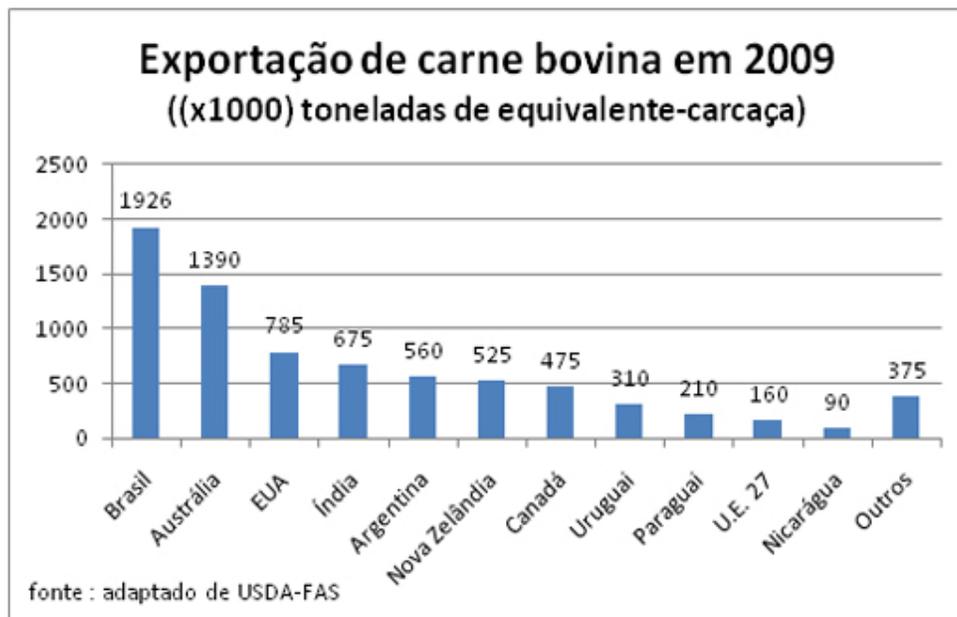


Figura 2

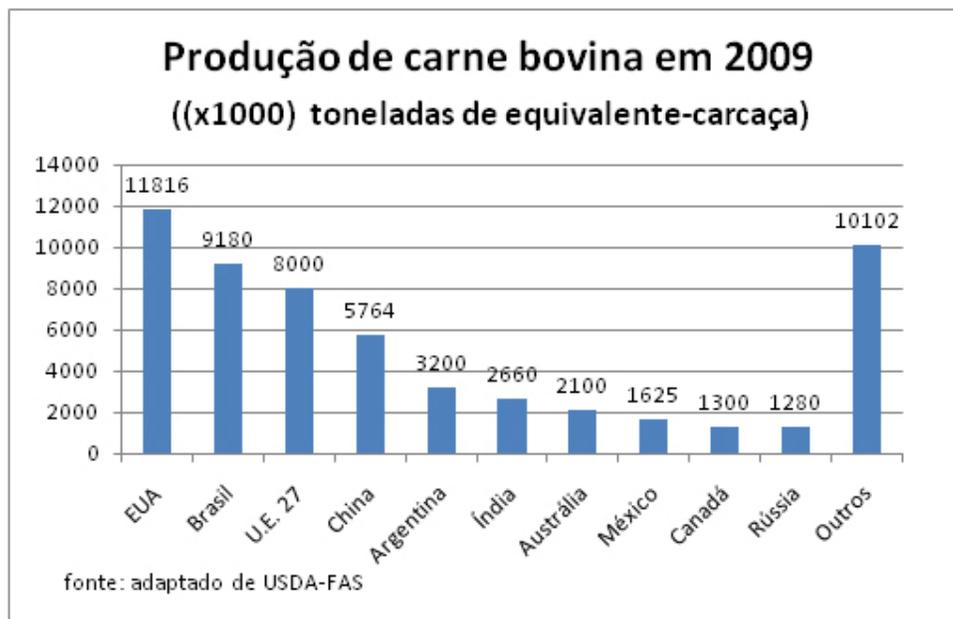


Figura 3

Ainda sobre o mercado de carnes no Brasil, segundo Barros (1999) tal sucesso advém dos ganhos de produtividade dos fatores produtivos (proporcionado pelas inovações tecnológicas), do crescimento do estoque de capital (principalmente de tratores) e do uso de insumos promovidos pelo grande investimento realizado na agropecuária brasileira até 1986, tanto na forma de pesquisa e extensão rural como na concessão de crédito rural subsidiado. Assim, dada a relevância deste setor no país e no mundo torna-se necessário tornar tal produção consoante aos novos paradigmas sustentáveis. Sobretudo pela emergência de novos preceitos advindos de uma recente consciência dos limites de crescimento¹³, intensificado recentemente no país após a celeuma sobre a revisão do Código Florestal Brasileiro.

Tal código foi sancionado no país em 1965, com intuito de estabelecer os limites do uso da propriedade rural e garantir a preservação da vegetação nativa. Contudo, foi requerido por volta de 1999, através da bancada ruralista (proprietários

¹³ O termo é título do primeiro relatório elaborado pelo Clube de Roma em 1972, grupo cujo sua principal intenção é reunir pessoas ilustres em prol de discutir assuntos relacionados à política internacional, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Maiores informações em: <<http://www.clubofrome.org/>>

rurais) na Câmara dos Deputados, uma reforma do Código Florestal em tramitação até os dias atuais (Sparovek, Barretto, Klug, Papp, Lino 2011). Na tentativa de eliminar barreiras ao seu desenvolvimento, a ação dos ruralistas em modificar e flexibilizar tal lei reflete sua ascensão na economia brasileira. Porém, a polêmica nascida com a revisão do código florestal brasileiro sobreveio através da diminuição das áreas de proteção ambiental (APP) (de 30 metros para 15 nas margens ciliares), da isenção dos proprietários rurais das sanções e multas previstas na lei em vigor, além da dispensa do registro da Reserva Legal em módulos fiscais de até quatro módulos (SBPC, 2011).

Em paralelo, a questão mais defendida pela oposição (os Ambientalistas) afirma que o Novo Código não respeitará as diferenciações de cada região, além de ser prejudicial à soberania do país na Amazônia e sua preservação, haja vista que é foco de constante internacionalização por parte de órgãos supranacionais, ONGs e alguns países. “Manter um sistema simples e transparente para todos (reserva legal em cada propriedade) em vez de um complexo sistema de compromissos entre propriedades para manter equivalências em outros lugares, ajudaria a garantir o cumprimento da lei” (Fearside, 2000).

Portanto, o conflito erigido com o estímulo à revisão do código florestal brasileiro cada vez mais evidencia o problema atual da humanidade centrada na dicotomia cultura *versus* economia, mais especificamente, os modos de produção. As atuais projeções da pecuária no país, a partir da controvérsia estabelecida entre ruralistas e ambientalistas, concentram-se no contraste entre uma cultura baseada no crescimento exponencial de produção e os limites desencadeados pelos processos de consciência dos modos de produzir. Ou seja, parece haver uma nova polaridade de forças surgindo como quando o iluminismo do século XVII evidenciou a incongruência entre fé e razão (Mello *apud* Costa, 1999). Se por um lado, o discurso sobre produzir de forma sustentável pressiona a reorganização das estruturas de produção mundial e repensam os *limites* desta, por outro, a ideia de que o *desenvolvimento* deve ser a meta principal dos países torna a *expansão* da economia um ato imprescindível destes.

Não obstante, boa parte dos céticos considerarem que o processo de globalização da economia seja algo limitado (por ser diverso) e regional (por ser mais bem visualizado através dos processos de integração econômica regional), as

estatísticas conforme analisadas aqui demonstram um processo contínuo de crescimento econômico, ativado pela atuação de seus respectivos órgãos internacionais de controle; frutos deste intenso fluxo de trocas comerciais entre nações (Held *apud* McGrew 2001; Castro 2009). Além disso, parte deste relacionamento de trocas é facilitado e permitido pelo desenvolvimento das tecnologias da informação: redes sociais, telefone móvel, internet, televisão etc. E, as consequências de ordem cultural nem sempre são pacíficas e de fácil resolução (CASTELLS, 2007).

Conclusão

Portanto, a prática de consumo está envolvida por uma série de fatores que acabam por condicionar as práticas de alimentação no mundo (a competição capitalista, o status, a globalização, a distribuição, a segurança alimentar, o meio ambiente etc.). E entender a produção de carne vista como produto de primeira necessidade básica, é necessária para esclarecer problemas no tocante à distribuição e segurança alimentar, a saúde pública, os conflitos de terra, como também a busca por criar uma economia limpa e sustentável. Além de fornecer parâmetros comparativos para resolução de conflitos sociais, políticos, religiosos e econômicos. No entanto, na revisão de literatura disponível pouco se tem abordado, e muito, por falta de um real estudo sobre a interação simbólica da carne e a sociedade, focando mais a análise de consumo por via das análises econômicas e não culturais. E entender de que forma o consumo está ou não atrelado a uma determinada cultura ou modo de produção se faz necessário, pois, estas variáveis podem somar-se às desigualdades sociais existentes, principalmente, tratando-se deste processo de homogeneização das esferas produtivas.

Assim como a primavera árabe e o conflito em Darfur o mercado de carnes no Brasil são apenas pequenos pontos factuais de uma imensa rede de interconexões surgida dentro de um processo de interdependência complexa¹⁴ cada vez mais acentuada. Onde o discurso democrático aliado ao processo de internacionalização da

¹⁴ A interdependência complexa tornou-se um paradigma recorrente na literatura das relações internacionais com o fim da URSS e o Consenso de Washington em 1989. Para maiores informações ler o Capítulo V do livro *Elementos de Política Internacional* de Thales Castro.

economia promove um acirramento político entre sociedades, indivíduos e meio ambiente. Como uma não está separada da outra, parte do imaginário social de cada entrara em choque por meio do discurso de economia sustentável e os fatores de ordem político nela contidos. Na melhor das hipóteses pensar que ciclos de harmonia e caos é uma constante na história da humanidade, a crise dos modos de produção atual talvez nos leve a criar mecanismos de paz e cooperação. Pois como diria Heidegger: a falta de sentido para a existência humana transforma o caminho desta em uma busca incessante por uma autenticidade do ser. E o ser aqui é o estar político, é o ser sem elo material exterior em sua procura infinita por uma razão econômica, política e social de ser¹⁵.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Francisco Carlos Gomes de. 2003. Pecuária: respostas simplistas para problemas complexos. Disponível em: [<http://www.cpfac.embrapa.br/chefias/cna/artigos/pecsimplista.htm>].
- BELIK *apud* MALUF. Abastecimento e Segurança alimentar: os limites da liberalização / Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000.
- BACELLAR, Matheus. A carne que nos consome *in* Penso; Logo Escrevo disponível em: Penso, Logo Existo [<http://www.tosabendomais.com.br/portal/penso-logo-escrevo.php?idMateria=19&acao=Ver>].
- BARROS, A. L. M. de. *Capital, produtividade e crescimento da agricultura: o Brasil de 1970 a 1995*. Tese (Doutorado em Ciências; área de concentração em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1999, 149 p.
- BOURDIEU *apud* PASSERON. La Reproduction (Elements pour une théorie du système d'enseignement) : Les Editions de Minuit, 1974.
- BRUGNARO *apud* BACHA. Análise da Participação da Agropecuária no PIB do Brasil de 1986 a 2004, *in* Estud. Econ. vol.39 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000100005&script=sci_arttext]
- CASCUDO, Luis da Câmara. História da Alimentação no Brasil / São Paulo: Global, 2004.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede – A era da Informação: economia, sociedade e Cultura, Volume 1. São Paulo: Ed. Paz e Terra 2007.
- CASTRO, Thales Cavalcanti. Elementos de Política Internacional / Pernambuco: Ed. Juruá 2009.
- CHAUÍ, Marilena. "Notas sobre cultura popular" *in* *Arte em Revista*, nº 3, São Paulo, Editora Kairós, 1980.
- COSTA, L. C. A. *apud* Mello, L. I. A. História Moderna e Contemporânea. São Paulo: Scipione, 1999.
- DOUGLAS, ISHERWOOD. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo; tradução de Plínio Dentzien. 1ª ed. UFRJ 2006.
- FEARNSIDE, Philip M. Código Florestal: o perigo de abrir brechas, *in* *Ciência Hoje*, Agosto de 2000. Disponível em: [http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2000/Codigo%20florestal.pdf]
- FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito, 4ª edição – São Paulo : Atlas 2003.
- FONSECA, Rui. A naturalidade do Mito da Carne. Disponível em: [http://resistir.info/variados/mito_carne.html]
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso / Leituras Filosóficas, São Paulo, Ed. Loyola, 1970.
- HEIDEGGER, Martin. Identidade e Diferença, *in* Os Pensadores / São Paulo, Abril Cultural 1973.

¹⁵ A categoria filosófica *autenticidade*, lançada por Heidegger em 1957 pode ser mais bem compreendida a partir da leitura do livro *Identidade e Diferença* de Martin Heidegger.

- HELD, David; McGrew, Anthony 2001. Prós e Contras da Globalização / São Paulo, Ed. Zahar.
- LEMINSKI, Paulo. Distraídos Venceremos. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização Agroindustrial: Do complexo à Organização em “redes”. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. Combatendo a desigualdade Social. Cap. XV – Movimentos Sociais no campo: lutas por direitos e Reforma Agrária na 2ª metade do século XX, p. 113-136. 2010
- MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista brasileira de Ciências Sociais.*, Out 2001, vol.16, nº 47, p.31-42.
- SAHLINS, Marshall. 2003. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 231p.
- SANDRONI, Paulo (org.). Novíssimo dicionário de Economia.
- SCHULTZ, T.W. The declining economic importance of agricultural land. *The Economic Journal*, London, v. 61, n. 244, p. 725-740, dez. 1951. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acessado dia 01/09/2012.
- SILVA, J.A *apud* NOBRE, A.D; MANZATTO, C.V; JOLY, C.A.; RODRIGUES, R.R; SKOTUPA, L.A.; NOBRE, C.A.; AHRENS, S.; MAY, P.H.; SÁ, T.D.A.; CUNHA, M.C.; RECH FILHO, E.L. O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo. ISBN 978-85- 86957-16-1 São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, ABC, 2011. 124 p.
- SPAROVEK *apud* BARRETTO, KLUG, PAPP, LINO. A Revisão do Código Florestal Brasileiro, in *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 89, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007>.
- STERN, N. *Growth theories, old and new, and the role of agriculture in economic development*. London: Suntory-Toyota International Centre for Economic and Related Disciplines/London School of Economics, 1994. 148 p.
- WATSON, James L. (org.) (1997), *Golden Arches East*. Stanford, Stanford University Press.
- YUNXIANG, Yan. “McDonald’s in Beijing: the localization of Americana”, in WATSON, James L. (org.), *Golden Arches East*. Stanford, Stanford University Press 1997.

Referências Eletrônicas

EMBRAPA

[<http://www.cnpso.embrapa.br/producao soja/SojanoBrasil.htm>]

FMI – Fundo Monetário Internacional

[<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weorept.aspx?pr.x=46&pr.y=13&sy=1997&ey=2012&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=213%2C273%2C223%2C228%2C924%2C922%2C134%2C534%2C158%2C111&s=NGDPDPC&grp=0&a=>]. Acessado no dia 10/09/2012.

HSNU – The Human Society of United Nations

[<http://www.humanesociety.org/animals/>]

FAO – Food and Agriculture of the United Nations

[<http://www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.HTM>]

MDIC – Ministério do Desenvolvimento

GPPUSP – Grupo de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo:

[<http://gppusp.blogspot.com.br/2008/06/peter-evans-o-estado-como-problema-e.html>]

AGROLINK:

[http://www.agrolink.com.br/noticias/evolucao-do-consumo-de-carne-bovina-no-brasil-e-no-mundo_141747.html]

AGRIPOINT

[<http://www.agripoint.com.br/default.asp?actA=2¬icialD=49274>]

REHAGRO

[<http://rehagro.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=2069>]

JORNAL

[<http://www.ruralcentro.com.br/noticias/54596/pib-da-agropecuaria-cresce-4-e-atinge-recorde-historico-em-2011>]